



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS

REQUERIMENTO Nº 115 /2026

Assunto: Requer informações sobre a compatibilidade entre a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, a criação de cargos em comissão, a execução dos serviços públicos e a contratação de empresas terceirizadas.

Senhor Presidente,

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais e constitucionais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que encaminhe a esta Casa de Leis, no prazo legal, informações completas, individualizadas e acompanhadas de documentação comprobatória, nos termos a seguir:

I – DO OBJETO

O presente requerimento tem por objeto a verificação da compatibilidade entre:

- I – a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde;
- II – a criação de cargos em comissão;
- III – a execução dos serviços públicos de saúde;
- IV – a contratação de empresas terceirizadas;

II – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

1. Informar a quantidade total de cargos em comissão criados recentemente na Secretaria Municipal de Saúde;

2. Informar:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- a) quais cargos estão ocupados;
- b) quais cargos estão vagos;

3. Apresentar relação nominal dos ocupantes, contendo:

- I – cargo;
- II – data de nomeação;
- III – atribuições formais;
- IV – função efetivamente exercida;

III – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4. Informar quem executa efetivamente os serviços de saúde, discriminando:

- I – servidores públicos;
- II – profissionais vinculados a empresas;
- III – prestadores de serviço autônomos;

5. Apresentar quantitativo por unidade de saúde;

IV – DAS EMPRESAS CONTRATADAS

6. Informar todas as empresas responsáveis pela prestação de serviços na área da saúde;

7. Para cada contrato, informar:

- I – objeto;
- II – quantidade de profissionais;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

III – unidades atendidas;

8. Informar se tais empresas executam atividades compatíveis ou idênticas às atribuídas aos cargos criados;

V – DA COMPATIBILIDADE ADMINISTRATIVA

9. Demonstrar a compatibilidade entre:

I – a estrutura administrativa instituída;

II – a execução prática dos serviços;

10. Informar se houve redução, manutenção ou ampliação de contratos terceirizados após a criação dos cargos;

VI – DO PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO

11. Informar o planejamento da Secretaria de Saúde quanto à organização da força de trabalho;

12. Informar se há previsão de realização de concurso público para provimento das funções permanentes da saúde;

VII – DA REGULARIDADE DAS FUNÇÕES

13. Informar se há profissionais exercendo funções de chefia, coordenação ou direção sem nomeação formal;

14. Em caso positivo, apresentar:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- I – nome completo;
- II – função exercida;
- III – unidade de atuação;
- IV – fundamento legal;

VIII – DA FORMA DE RESPOSTA

15. As informações deverão ser:

- I – completas;
- II – individualizadas;
- III – acompanhadas de documentação comprobatória;

16. Não serão admitidas respostas genéricas;

IX – DO PLANEJAMENTO TEMPORAL E PREVISIBILIDADE

17. Informar a partir de qual data a Administração Municipal passou a ter conhecimento formal da necessidade de assunção da gestão do Hospital Municipal Walter Ferrari;

18. Informar quais medidas administrativas foram adotadas, no período compreendido entre o ano de 2023 e o exercício de 2025, para planejamento da composição do quadro de pessoal da saúde;

19. Informar se houve estudos, planejamentos ou cronogramas internos para convocação de candidatos aprovados em concursos públicos vigentes à época;



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

20. Justificar as razões pelas quais não foram realizadas convocações em quantidade suficiente de candidatos aprovados nos concursos públicos vigentes até 2025;

21. Informar se a Administração considerou, à época, a possibilidade de provimento gradual de cargos efetivos para atender à futura demanda decorrente da assunção da gestão hospitalar;

22. Apresentar documentos comprobatórios das decisões administrativas relacionadas ao planejamento da força de trabalho na saúde no período mencionado.

X – DA CONFRONTAÇÃO COM DADOS FISCAIS OFICIAIS

23. Informar se os dados constantes do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), relativos à despesa com pessoal e à execução orçamentária da saúde do Município, refletem fielmente a realidade administrativa;

24. Em caso de divergência, apresentar justificativa técnica detalhada, acompanhada de documentação comprobatória;

25. Informar se os dados fiscais oficiais foram considerados no planejamento da força de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde;

26. Justificar, à luz da capacidade fiscal demonstrada nos relatórios oficiais, a opção administrativa pela manutenção ou ampliação da execução indireta de serviços de saúde.

XI – DAS RESPONSABILIDADES

27. O não atendimento ao presente requerimento, ou o envio de informações incompletas, poderá ensejar a adoção das medidas cabíveis perante os órgãos de controle, inclusive o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Ministério Público do Estado de



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

São Paulo. Nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 8.429/1992 e da Lei Complementar nº 101/2000.

28. Encaminhar cópia integral dos estudos técnicos, pareceres jurídicos e documentos que fundamentaram a criação dos cargos e a manutenção das contratações terceirizadas na área da saúde.

29. Informar se houve análise formal quanto à substituição da execução indireta por provimento efetivo de cargos, indicando os motivos técnicos para eventual não adoção dessa medida.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se no exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, nos termos do art. 31 da Constituição Federal, bem como na necessidade de verificação da regularidade, eficiência e coerência do modelo administrativo adotado pelo Município na gestão da saúde pública, à luz dos princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Conforme dados oficiais constantes do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional, a despesa total com pessoal do Poder Executivo corresponde a aproximadamente 32,88% da Receita Corrente Líquida, percentual significativamente inferior ao limite máximo de 54% estabelecido pelos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, evidenciando a existência de margem fiscal suficiente para eventual ampliação do quadro de servidores efetivos.

Adicionalmente, observa-se elevado volume de investimentos na área da saúde, com despesas empenhadas superiores a R\$ 180 milhões e valores liquidados superiores a R\$ 170 milhões, conforme Relatório Resumido de Execução Orçamentária, demonstrando capacidade financeira compatível com a adequada estruturação dos serviços públicos.

Não obstante esse cenário, verifica-se a criação de novos cargos na estrutura administrativa da saúde, concomitantemente à manutenção — ou eventual ampliação — da



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

execução indireta dos serviços por intermédio de empresas terceirizadas, circunstância que demanda análise quanto à coerência do modelo administrativo adotado.

Ressalte-se, ainda, a existência de concursos públicos regularmente homologados pelo Município (Editais nº 0010/2021, nº 0011/2021 e nº 006/2022), com vigência até aproximadamente o exercício de 2025, considerando a prorrogação legal, o que evidencia a disponibilidade de candidatos aprovados aptos ao provimento de cargos efetivos.

Nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, a investidura em cargo público depende de aprovação em concurso público, sendo as hipóteses de contratação indireta admitidas apenas em caráter excepcional e devidamente justificadas.

A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, notadamente nos Acórdãos TC-019125.989.24-4 e TC-019135.989.24-2, estabelece que a contratação de empresas para prestação de serviços de saúde somente é admissível mediante comprovação do esgotamento das vias legais de provimento de cargos efetivos, sob pena de irregularidade por falha de planejamento e violação às normas de pessoal.

No caso em análise, a existência de concursos válidos, aliada à ausência de convocação de candidatos aprovados durante o período de vigência e à manutenção de contratações terceirizadas para execução de atividades típicas e permanentes, pode caracterizar, em tese:

- I – preterição de candidatos aprovados em concurso público;
- II – afronta ao princípio do concurso público;
- III – falha de planejamento administrativo;
- IV – violação aos princípios da eficiência e economicidade;

Acrescenta-se que a necessidade de estruturação dos serviços de saúde, especialmente no que se refere à assunção da gestão do Hospital Municipal Walter Ferrari, já havia sido publicamente anunciada pelo Chefe do Poder Executivo em 02 de junho de



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

2025, evidenciando a previsibilidade da demanda por ampliação da força de trabalho na área da saúde.

Tal circunstância afasta a caracterização de situação emergencial ou imprevisível, sendo plenamente possível à Administração adotar medidas prévias e planejadas para o provimento de cargos efetivos, inclusive mediante convocação de candidatos aprovados em concursos públicos então vigentes.

Dessa forma, a ausência de providências administrativas oportunas para composição do quadro de pessoal, mesmo diante de cenário previamente conhecido, pode indicar, em tese, deficiência no planejamento administrativo, em afronta aos princípios da eficiência, da economicidade e da boa gestão pública.

Tais circunstâncias, se confirmadas, podem ensejar a responsabilização dos gestores públicos, nos termos da Lei nº 8.429/1992, bem como a aplicação de sanções pelos órgãos de controle, inclusive o Tribunal de Contas, com aplicação de multa, determinação de correção de irregularidades e eventual imputação de débito, sem prejuízo da comunicação aos demais órgãos competentes.

Diante disso, o presente requerimento busca esclarecer a compatibilidade entre a estrutura administrativa instituída, a forma de execução dos serviços de saúde e o cumprimento das normas constitucionais e legais, assegurando transparência, legalidade e boa governança na aplicação dos recursos públicos.

Diante do exposto, este requerimento representa o dever constitucional de fiscalizar, assegurando que os recursos públicos da saúde sejam utilizados com planejamento, legalidade e eficiência, não sendo admissível qualquer modelo de gestão que se afaste do interesse público ou das normas que regem a Administração.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 04 de maio de 2026

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

PROTOCOLO 424/26
04/05/2026

Lido em Sessão Ordinária de 05/05/26
Aprovado em S.O. em 05/05/26